

Isabel Corrêa da Silva
Nuno Gonçalo Monteiro

A História no ICS: uma introdução

No número 100 da *Análise Social*, editado em 1988, Adérito Sedas Nunes publicou um «depoimento» intitulado «Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal», que constitui, ao mesmo tempo, um relato autobiográfico e uma descrição das primeiras décadas de existência do Gabinete de Investigações Sociais/Instituto de Ciências Sociais e da *Análise Social*, fundados em 1962/1982 e 1963.¹ Aí se afirma: «Após o 25 de Abril, ou mais precisamente: após a descolonização e o advento dos governos constitucionais, os investigadores sociais portugueses e, com eles, os colaboradores da *Análise Social* e os investigadores do GIS-ICS, voltaram-se maciçamente para o passado recente do nosso País.» De facto, a viragem começara um pouco antes, embora os seus efeitos se sentissem com maior impulso depois do 25 de Abril de 1974. Sedas Nunes fornece duas explicações para essa evolução. Uma primeira: «a fonte de dados estatísticos acabara por secar». Os «investigadores sociais» mergulharam então nas bibliotecas e nos arquivos, «inevitavelmente atraídos, remetidos, para o passado de onde esses documentos provinham».

Havia, porém, outra razão, «bem mais interessante e profunda». Citando a célebre pergunta de Montesquieu, «Comment peut-on être Persan?», Sedas Nunes sugere que era a estranheza perante o passado próximo, em particular a ditadura, que alimentava esse impulso, não surpreendendo sequer que «alguns tenham subido a corrente, à procura das raízes do Salazarismo nos tempos e desastres da I República ou mesmo nos tempos, desaires e atrasos sociais da Monarquia Constitucional». Essa evolução poderia dar a «impressão falsa» de que os investigadores portugueses estavam «voltados para o passado», mas Sedas Nunes considerava que os efeitos desse «vaivém do presente para o passado e do

¹ Adérito Sedas Nunes, «Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal», *Análise Social*, xxiv (1), 1988 (100): 11-55.

passado para o presente» tinham sido finalmente benéficos, uma vez que «foi melhor conhecida e reconhecida a importância das investigações históricas para o presente social», tal como o tinha sido a intercolaboração entre «investigadores sociais e historiadores».

Em boa medida, a evolução referida correspondeu à própria maturação das orientações do fundador do ICS, bem traduzidas, por exemplo, nos títulos da sua biblioteca pessoal nos anos próximos aos do seu decesso.² E também, claro está, no rumo que procurou imprimir à instituição. De facto, a viragem para a História, que se prolongou bem para lá dos primeiros tempos posteriores a 1974, correspondeu a uma evolução das interrogações dos pesquisadores sociais ligados ao 2.º GIS e ao futuro ICS, mas também a uma política deliberada de recrutamentos.

Com efeito, se o percurso intelectual de Sedas Nunes o conduziu do catolicismo com preocupações sociais jucistas³ e dos estudos corporativos aos estudos sociais e destes à Sociologia, sobretudo do desenvolvimento em meados dos anos 60, novas prioridades se foram depois definindo nas agendas daqueles que o acompanhavam. Em concreto, o início dos anos 70 parecia marcado por uma prevalência de preocupações teóricas e epistemológicas. É digno de registo, por exemplo, como então jovens pesquisadores ligados ao GIS, entre os quais Vasco Pulido Valente e Maria de Lourdes Lima dos Santos, se embrenhavam com outros na laboriosa exegese de um texto de Manuel Castells, «Sobre as novas fronteiras da metodologia sociológica»,⁴ publicada num número da *Análise Social* cujo índice anunciava ainda problematizações sobre a «ruptura epistemológica», a «significação conotativa nos discursos» e a «produção de teorias» nas Ciências Sociais. Parece difícil negar, assim, que a viragem para a História foi para alguns também uma espécie de contraponto a uma natureza hiperteórica, abstracta e, por vezes, de escassa legibilidade, de parte da produção da altura e dos debates que lhe estavam subjacentes.

Na verdade, o interesse de públicos mais amplos pela História, e pela História Contemporânea em particular, começara na década anterior, em plena ditadura salazarista e marcelista e com cunho de oposição ao regime. Iria prolongar-se pelos anos subsequentes. Alguns dos colóquios

² Adquirida pela Biblioteca do ICS; o seu inventário constitui um importante guia para as leituras do seu primeiro proprietário. É notável a aquisição de livros de História ao longo dos anos 70 e 80.

³ Referência aos activistas da Juventude Universitária Católica no pós-II Guerra Mundial, cujas preocupações Sedas Nunes caracteriza no texto citado.

⁴ Cf. Joaquim Aguiar, Vasco Pulido Valente, Maria de Lourdes Lima dos Santos, Manuela Meneses, José Manuel Rolo, «Debate sobre 'As novas fronteiras da metodologia sociológica'», *Análise Social*, IX (35-36), 1972: 526-557.

sobre História então realizados tiveram a presença de muitas centenas de assistentes. Estão neste caso «O século XIX em Portugal» (1979) e «A formação de Portugal Contemporâneo» (1981), que depois deram lugar a números monográficos da revista, que publicou também em 1981 um número triplo dedicado ao «Movimento Operário em Portugal». Claro que o ICS não teve então o monopólio deste tipo de iniciativas. Mas aquelas que se realizaram sob os seus auspícios tiveram o condão de marcar a agenda da pesquisa.

Os investigadores e os historiadores do ICS

A viragem para a História é marcante na produção do GIS nos anos 70 e inícios dos 80, um período de enorme expansão do ensino público universitário. Traduz-se, de resto, na muito elevada proporção de títulos publicados na *Análise Social* com uma assinalável dimensão histórica. Abrange o Estado Novo – Sedas Nunes diz, aliás, que os investigadores sociais «estavam justificadamente obcecados pelo Salazarismo» – mas também o século XIX, o Movimento Operário e pela República. Dos pesquisadores com a uma ligação mais antiga à instituição, apenas Vasco Pulido Valente e César Oliveira tinham uma formação inicial como historiadores. Outros, como Villaverde Cabral e Jaime Reis, doutoraram-se nesse campo. A maior parte, como Maria de Lourdes Lima dos Santos, Maria Filomena Mónica, Manuel de Lucena, Maria Eduarda Cruzeiro, Fátima Patriarca, Luís Salgado de Matos, José Barreto, ou Manuel Braga da Cruz, entre outros, partindo de formações diversas, irão trabalhar em temas com dimensão histórica em função da evolução das suas pesquisas. Mas o ICS começará no início dos anos 80 a recrutar historiadores e historiadores económicos, na sua maioria ainda nos primórdios dos seus percursos académicos: Fátima Bonifácio, João Serra, José Sobral, Rui Ramos, Conceição Andrade Martins, Pedro Lains. Para o final da década recrutará dois historiadores doutorados, já com obra feita e com um âmbito temporal de pesquisa que podia recuar do século XIX para trás, embora com formação inicial em Direito: António Hespanha e Valentim Alexandre. A pesquisa histórica era uma marca essencial de um pequeno instituto, que mal chegava a ter duas dúzias de «investigadores de carreira», como então se dizia.

Assim, na década seguinte, enquanto alguns dos investigadores referidos se dirigiam para novos territórios, regressando à pesquisa sociológica, o ICS continuava a afirmar-se com uma produção historiográfica marcante, abrindo a porta a novas agendas de investigação como a História Social das Elites ou a História Empresarial. Prosseguiam também os no-

táveis trabalhos sobre os derradeiros mundos rurais nos quais se cruzavam diferentes disciplinas. Significa isso que num momento decisivo da sua maturação institucional o centro nevrálgico de afirmação do ICS foi a História, ao lado da Sociologia, que fora o seu campo de gestação.

Na verdade, não existia uma «escola historiográfica do ICS». A pesquisa histórica não era guiada por um modelo comum, nem se centrava num único âmbito cronológico ou temático. Pelo contrário, alargou-se muito, passando a englobar também a História Moderna. Mas não deixa de ser possível delimitar algumas marcas comuns. O ponto de partida de muitos era a sociedade portuguesa e Portugal, que era também o de Sedas Nunes, não com a intenção de descobrir uma irreduzível singularidade, mas ao invés, com o objectivo de inscrever as suas marcas peculiares em contextos mais amplos. Na maior parte dos casos, ao contrário de se partir de quadros teóricos e conceptuais gerais em busca de um *case study* português que neles encaixasse, seguiu-se um percurso exactamente inverso. Têm-se atribuído, por vezes, marcas com alguma similaridade à própria orientação sociológica então prevalecente no ICS. De resto, esse impulso associou-se a uma genuína curiosidade que guiou as incursões empíricas, em coerência com o carácter do «novo espaço intelectual» que Sedas Nunes visou abrir na década de 60. Um espaço descomprometido, mas imperativamente não alheado dos problemas sociais, políticos, económicos e culturais do país.

Não é certo que todos os pesquisadores referidos se tenham cruzado ao mesmo tempo no ICS. Mas muitos deles participaram em debates e pequenos seminários de discussão de textos ou das suas próprias produções. Mais tarde isso daria lugar ao Seminário de História do ICS, organizado em colaboração com outras instituições e sempre com a participação muito activa de membros destas. Uma prática com raízes mais antigas que se expressava em discussões abertas nas quais as hierarquias académicas eram irrelevantes por comparação com a consistência dos argumentos. Eram a natureza desses debates e a qualidade das publicações resultantes que marcavam a diferença.

A par da institucionalização do núcleo original de investigação do GIS, que desde 1982 se passou a denominar ICS, a criação de espaços próprios de edição foi, também, um traço genético do GIS/ICS que, de algum modo, se construiu a partir da publicação da *Análise Social*. Nos finais dos anos 70, para além de edições policopiadas, começaram a publicar-se os primeiros livros do GIS com a criação da colecção «Análise Social», em parceria com a Editorial Presença, que teria um sucedâneo nos anos 90 na colecção com o mesmo título publicada de parceria com

a Imprensa Nacional-Casa da Moeda. De permeio surgem nos anos 80 as primeiras publicações com a chancela exclusiva do Instituto de Ciências Sociais, destacando-se o *Boletim de Estudos Operários*⁵ e as colecções «Ensaio e Aproximações» e «Teorias e Teses», nas quais a História teve um lugar destacado.⁶ Mas os novos contextos significaram também a criação de novas modalidades de afirmação institucional e disciplinar, incluindo as primeiras actividades docentes do ICS. Entre 1992 e 2003 existiu um mestrado em Ciências Sociais, com diversas variantes, e entre 1999 e 2008 existiu um doutoramento em Ciências Sociais, com uma variante em Sociologia Histórica.⁷ O ICS teve ainda, mais recentemente, um papel fundamental na criação do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, iniciado no ano lectivo de 2008/2009.⁸

O impacto da pesquisa histórica do ICS

A pesquisa histórica no ICS não foi toda feita, como se disse, por investigadores com formação inicial em História. Mas as iniciativas da instituição e a produção individual dos pesquisadores que, em algum momento, tiveram lugar no seu quadro marcaram de forma inquestionável o panorama académico e público. Com efeito, se no Portugal democrático se multiplicaram as empresas historiográficas sediadas noutras instituições, as contribuições próprias do ICS merecem ser evidenciadas num plano singular.⁹

⁵ O *Boletim*, policopiado, surge na sequência da criação do Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras (futuro Arquivo de História Social) instituído em 1979 a partir do fundo documental do espólio do jornalista e anarquista A. Pinto Quartim (1887-1970). Depois o arquivo recebeu muitos outros depósitos.

⁶ Na colecção «Análise Social», em parceria com Editorial Presença, destacam-se os livros de Manuel Villaverde Cabral *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, de Maria Filomena Mónica *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* e de Manuel Braga da Cruz *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Nos anos 80, a colecção «Ensaio e Aproximações» do ICS publicou, entre outros, *Artesão e Operários* de Maria Filomena Mónica e *Artes de Amar da Burguesia* de José Machado Pais. Por fim, em 1993, a nova colecção em parceria com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda arrancou, entre outros, com o livro de Jaime Reis, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica (1850-1930)*.

⁷ O mestrado em Ciências Sociais teve variantes em «Transições Políticas em Portugal e na Europa: liberalismo, autoritarismo, democracia (séculos XIX e XX)»; «História e Sociologia do Poder»; «Estado e Nação» e «Portugal Contemporâneo – Sociedades e Culturas».

⁸ De parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a Universidade de Évora, com a Universidade Católica Portuguesa e com o ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa).

⁹ Merecem especial menção, pela sua importância e impacto público, a participação de historiadores do ICS na *História de Portugal* coordenada por José Mattoso (1992-1994),

Entretanto, por maior que tenha sido a relevância dos debates, das iniciativas, das publicações e dos projectos colectivos do ICS, não há dúvida de que, acima de tudo, se criaram as condições institucionais para uma notável produção individual. A pesquisa histórica no ICS destacou-se porque os seus maiores expoentes foram autores. E autores que demarcaram os seus campos de pesquisa. Villaverde Cabral foi fundamental na difusão dos temas de História Económica e Social oitocentista, tal como Maria de Lourdes Lima dos Santos o foi nos estudos sobre a configuração do campo intelectual. Vasco Pulido Valente foi o primeiro a traçar, com um inconfundível cunho narrativo, uma inversão completa da história republicana da I República. Manuel de Lucena estabeleceu a primeira leitura institucional sistemática do Estado Novo. Maria Filomena Mónica e Fátima Patriarca deram precursoras contribuições para a história do movimento operário, antes de a segunda estabelecer uma visão dificilmente ultrapassável da institucionalização dos sindicatos corporativos e de a primeira se voltar para temas marcantes da história contemporânea. No quadro da sua orientação para os Estudos Políticos, Braga da Cruz deixou trabalhos decisivos sobre as origens intelectuais do salazarismo e sobre a União Nacional. Fátima Bonifácio reviu e reformulou sucessivamente a história política do século XIX, da qual apresentou uma leitura sistemática, teorizando depois, com um vigor sem paralelo, o regresso à narrativa política. Jaime Reis é reputado, a justo título, como o fundador da nova história económica em Portugal, plenamente inserida nas orientações internacionais desse campo disciplinar. António Hespanha produziu, com ampla repercussão internacional, as bases de uma nova história institucional do Antigo Regime, antes de se dedicar à investigação sobre o primeiro constitucionalismo. Valentim Alexandre, por fim, pode ser reputado como o instituidor da história pós-salazarista do colonialismo contemporâneo português.

Dificilmente, em Portugal, alguma outra instituição se pode gabar de ter albergado um conjunto comparável de produções historiográficas sobre as épocas moderna e contemporânea. Se em muitas das suas áreas a historiografia portuguesa foi fundada ou refundada depois de 1974,

bem como, uma década depois, na série de biografias «Reis de Portugal», lançada pelo CEPCEP-UCP/Círculo de Leitores (2003-2007). A revista *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, editada entre 1988 e 2004-2007, contou também com a sua participação destacada. Mais recentemente são de realçar, para além das obras colectivas adiante referidas, cf. nota 10, a coordenação por investigadores do ICS/AR da *História de Portugal*, dir. de Rui Ramos (2009), dos vols. II e IV da *História da Vida Privada em Portugal* dir. por José Matoso (2011), da *História Económica de Portugal 1143-2010* (2012), e da *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010* (Fundação Mapfre, 2013-2015).

pode afirmar-se que o ICS desempenhou um papel destacado nesse processo. E esse é, decerto, um dos mais fortes legados intelectuais do ICS.

A partir de meados dos anos 90, começaram também a existir mais financiamentos para iniciativas envolvendo grupos de investigadores.¹⁰ Desde sempre o ICS se definira com um espaço de pesquisa articulada e de debate dos respectivos resultados para investigadores de outras instituições, dimensão que passou a ganhar outra projecção graças a esses novos e recorrentes apoios. No entanto, mesmo quando inseridos em espaços internacionais de discussão e de debate, ou integrando e dirigindo equipas de pesquisa numerosas, nunca os pesquisadores do ICS que se dedicaram à pesquisa histórica deixaram de assumir um forte cunho autoral nas suas produções.

Embora a cronologia se possa discutir, parece certo que com a viragem para o novo milénio se foi alterando o cenário descrito. A mudança de ciclo resultou certamente da confluência de uma multiplicidade de factores. Desde logo, se a atenção do público pela História parece revestir em Portugal marcas particulares,¹¹ as evoluções internacionais da disciplina não deixaram de ter implicações internas relevantes. Os paradigmas historiográficos mudaram e com eles as múltiplas, diversificadas e contrapostas, mas facilmente identificáveis, referências dos anos 60 e 70. Porventura o elemento mais decisivo terá sido, no entanto, o facto de a atenção conferida à «sociedade portuguesa» ter durante muito tempo correspondido para muitos pesquisadores, embora não para todos, à asunção de um paradigma modernizador e à busca das «raízes do atraso» ou do «desfasamento» português. O optimismo em relação às perspectivas do projecto europeu, primeiro, e o impacto do que correntemente se designa por «globalização», depois, terão retirado actualidade ao questionário referido, incluindo a dimensão da pesquisa circunscrita pelo espaço «nacional».

¹⁰ Vejam-se, em particular, os projectos de investigação e editoriais formados por equipas vastas e coordenados por investigadores do ICS que resultaram nas seguintes publicações: António Barreto e Maria Filomena Mónica, dirs., *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*. Porto: Figueirinhas, 1999; Maria Filomena Mónica, coord., *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, 3 vols. Lisboa, ICS/AR, 2004; Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, coords., *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*, 2 vols. Lisboa, ICS/AR, 2004; Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro e Pedro Cardim, dirs., *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime*. Lisboa, ICS, 2005; Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Lains, orgs., *História Económica de Portugal 1700-2000*, 3 vols. Lisboa, ICS, 2005.

Com efeito, o novo milénio introduziu também novas geografias nos vários campos disciplinares do ICS. Na História, em particular, passou a sentir-se fortemente o impacto de uma agenda internacional pautada pela afirmação de perspectivas e temáticas relacionadas com antigos espaços imperiais, criando novos cruzamentos com outras disciplinas. Mas o alargamento dos debates para fora das fronteiras deveu-se também, em grande parte, à projecção internacional de outros cenários académicos de línguas portuguesa e espanhola com os quais o ICS tem conseguido, desde então, manter relações privilegiadas.

Depois, não há como negá-lo, há uma questão de ciclo geracional. A primeira e segunda gerações de historiadores e investigadores históricos do ICS não foram renovadas. O que não deixa de ser também uma consequência do predomínio do modelo autoral da pesquisa e da publicação, só em casos singulares ou tardiamente contrariado por iniciativas que abrangeram a integração de jovens investigadores. O número de historiadores no ICS declinou drasticamente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. E o impacto intelectual público dos que se seguiram não equivale ao das primeiras gerações.¹² Foram muito menos os que restaram e não se quiseram transmutar em sucedâneos disciplinares. Mas a questão geracional não deve ser entendida apenas em termos de vontade e de capacidade individuais. Na verdade, a mudança de ciclo correspondeu também a uma alteração substantiva das condições e expectativas do trabalho intelectual. A adopção mais ou menos generalizada de orientações ditadas pela obsessão com a mensurabilidade objectiva do impacto da produção científica, decalcada de outros campos disciplinares, veio introduzir condicionantes até então desconhecidas nas agendas dos investigadores. As exigências de alguns modelos de internacionalização académica e a reiterada insistência na criação de *networks* parecem deixar pouco lugar para o tempo meticuloso da História. Ninguém de uma residual terceira geração de «historiadores» do ICS ainda pode, como muitos dos seus colegas aqui evocados o fizeram, dar-se ao luxo de passar dois ou três anos sem publicar nada para se dedicar em exclusivo à pesquisa para um determinado livro.

Provavelmente, só daqui a algum tempo se poderão verdadeiramente avaliar as consequências historiográficas desta troca de precedência entre

¹¹ Cf. José Machado Pais, *Consciência Histórica e Identidade*. Oeiras, Celta, 1999.

¹² A figura do intelectual público, com presença regular nos *media*, esteve muito associada às primeiras gerações do ICS e a boa parte daqueles aqui reportados. Porém, referimo-nos mais especificamente ao impacto da produção propriamente historiográfica

a qualidade e a quantidade. Entretanto, às angústias perante a dificuldade em conseguir dar resposta à aceleração do tempo académico, somam-se ainda outras de cariz mais substancial relativas à precariedade do emprego e à ausência de perspectivas de carreira. Um cenário em alguns aspectos semelhante ao dos primórdios do GIS para o qual em 1988 Sedas Nunes olhava retrospectivamente com assombro: «investigadores e funcionários não pertenciam a nenhum quadro de pessoal, não estavam integrados em qualquer carreira, nem sequer estavam ligados ao GIS por um contrato», parecendo-lhe então «difícil imaginar como fosse hoje [1988] possível introduzir por via semelhante a Sociologia, ou qualquer ramo do saber, no nosso País». Quase trinta anos depois, talvez faça sentido retomar a perplexidade de Sedas Nunes já não relativamente à introdução, mas à sobrevivência da História, e das Humanidades em geral, num contexto universitário desapossado de autonomia para recrutamentos, em progressivo abandono de critérios qualitativos e condicionado por financiamentos à investigação rigidamente moldados por outras agendas disciplinares.

Mais do que um impasse disciplinar, este é um «desafio societal» mais geral que se coloca nos dias de hoje, e não só em Portugal. Um desafio a exigir, em primeira mão, empenho institucional, mas também necessariamente iniciativa: sobretudo, na busca de um posicionamento institucional e social da História em conformidade com a importância do seu legado e do seu potencial analítico. Necessariamente diferente de uma produção académica centrada na análise de indicadores de muito curto prazo ou, num plano inverso, daquela que se dedica enfática e impositivamente aos exercícios de renomeação, traduzindo taxonomias ao gosto de sucessivas ondas assimiladas a processos de internacionalização da investigação.

Por fim, a afirmação disciplinar de campos próximos da investigação histórica, implicando a transferência dos temas e, por vezes, dos especialistas respectivos para esses territórios emergentes, representou também um desafio. Novas metodologias, novos questionários e novas geografias corresponderam também a imperativas mudanças de paradigma, com nova ênfase na diversificação heurística e na mobilidade. Alunos de pós-graduação e investigadores de pós-doutoramento, com substancial presença de estrangeiros, são hoje uma grande parcela daqueles que, inseridos em diversas áreas disciplinares, fazem pesquisa histórica dentro do ICS. As suas virtualidades de renovação da História já não assentam em boa medida nas tradicionais bases institucionais, mas no seu potencial de competitividade a nível de obtenção de financiamentos e do impacto internacional das suas investigações. Dimensões nas quais, apesar de tudo, o ICS se tem conseguido também destacar positivamente, insti-

tuindo-se como território de pesquisa e de debate para investigadores de múltiplas proveniências e filiações.

Este livro

Este livro, cuja introdução assinala apenas o ponto de vista dos seus subscritores, retoma, com ulteriores releituras, as contribuições que foram inicialmente apresentadas e publicamente debatidas ao Seminário «História e Historiadores no ICS», que teve lugar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade em Lisboa, a 18 de Maio de 2015. O que se pediu aos diversos autores, seleccionados em função do seu conhecimento da obra, mas também das suas conexões académicas com os evocados, foi uma avaliação crítica articulada com uma breve inserção biográfica de todos os investigadores do ICS que se dedicaram de forma destacada à investigação histórica e se aposentaram nos últimos anos. Infelizmente, Manuel de Lucena e Fátima Patriarca deixaram o nosso convívio já depois do lançamento da iniciativa. Os coordenadores deste volume querem agradecer a imensa e generosa disponibilidade de todos quantos aceitaram o nosso repto e o concluíram em tempo útil.¹³

O que se apresenta é, de algum modo, um produto misto. Combina, quase sempre, uma notória dimensão historiográfica com uma incursão biográfica, muitas vezes de teor testemunhal. Muito mais se pode escrever sobre todos eles. Lendo e relendo o que publicaram e, na maior parte dos casos, continuam a publicar. Os autores que aqui se publicam olharam sempre à sua maneira para os autores que aqui se evocam.

As instituições académicas portuguesas, com muita frequência, ou vivem de uma memória mais ou menos serôdia, reinventada a gosto de supostas tradições, ou não têm de todo memória, respondendo nervosa e ufanosamente aos impulsos da hora que passa. O ICS tem procurado não ser exactamente assim. A história da instituição, que comemorou em 2012 o seu meio século de vida, confunde-se com a da História como disciplina e com as histórias de vida daqueles que aqui são evocados.¹⁴

Lisboa, 1 de Janeiro de 2017

¹³ Os organizadores agradecem a António Costa Pinto, Jorge Pedreira, Pedro Lains e Rui Ramos que presidiram às mesas do seminário. Uma palavra de reconhecimento é também devida à direcção, à imprensa, aos serviços administrativos, à biblioteca e à pós-graduação do ICS, nas pessoas de José Luís Cardoso, José Machado Pais, António Martinho, Maria Goretti Matias, Clara Cabral, Paula Costa, João Silva, pelo inexcedível apoio que deram a esta publicação.

¹⁴ Na revisão deste texto teve-se em conta as opiniões dos avaliadores editoriais. No conjunto do livro, respeitou-se a grafia usada por cada um dos autores.